



Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

TÍTULO I DA ENTIDADE E SEUS FINS

SUBTÍTULO I DA ENTIDADE

Art. 1º - O Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região – CREF6/MG, dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem natureza autárquica corporativa especial, criado pela Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 1998 e ratificada pela Lei Federal nº 14.386, de 27 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 28 de junho de 2022, entidade *sui generis*, que se organiza de forma federativa com o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF e demais Conselhos Regionais de Educação Física – CREFs como Sistema CONFEF/CREFs, constituído pelo conjunto das Autarquias Federais Fiscalizadoras do exercício da profissão de Educação Física e tem por finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da profissão, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

§ 1º - O CREF6/MG, com sede e Foro na cidade de Belo Horizonte, situado na rua Bernardo Guimarães, nº 2766, exerce funções executivas, deliberativas, administrativas, normativo suplementares e complementares, contenciosas e disciplinares em sua jurisdição.

§ 2º - O CREF6/MG é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública.

§ 3º - O CREF6/MG é responsável pelo registro dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços na área da atividade física, exercício físico e atividades esportivas no Estado Minas Gerais.

§ 4º - O CREF6/MG observa os princípios básicos da Administração Pública, cabendo-lhe expedir as normas internas que regulam a sua gestão.

Art. 2º – O CREF6/MG registra, normatiza, fiscaliza, julga e orienta o exercício profissional, em relação aos serviços prestados pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas nas áreas de atividades físicas, exercícios físicos e do desporto no âmbito da educação, saúde, esporte, cultura e lazer, atuando como órgão consultivo e normativo no Estado Minas Gerais.

Art. 3º – O CREF6/MG é organizado e dirigido pelos próprios Profissionais e mantidos por estes e pelas Pessoas Jurídicas que oferecem serviço em atividades físicas, exercícios físicos e do desporto com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da Administração Pública.

§ 1º - O CREF6/MG tem autonomia para administrar e gerir seus bens, serviços, recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

§ 2º - O Plenário do CREF6/MG é a instância máxima do Conselho.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

SUBTÍTULO II DA FINALIDADE DO CREF6/MG

Art. 4º – O CREF6/MG tem por finalidade orientar e fiscalizar o exercício da profissão, zelando pela qualidade dos serviços prestados pelos Profissionais de Educação Física, em defesa da sociedade, bem como:

I – registrar e habilitar os Profissionais de Educação Física do Estado de Minas Gerais ao exercício da Profissão;

II – registrar as Pessoas Jurídicas do Estado de Minas Gerais que prestam ou ofereçam serviços nas áreas das atividades físicas e do desporto;

III - registrar título de Especialista em Educação Física no Estado de Minas Gerais, nos termos das Resoluções exaradas pelo CONFEF;

IV – estabelecer normas, diretrizes e padrões exigíveis dos Profissionais ou da profissão em si, de maneira a buscar garantir o adequado exercício da profissão;

V – expedir Carteira de Identidade Profissional para os Profissionais e Certificado de Registro de Funcionamento para as Pessoas Jurídicas que ofereçam ou prestem serviços nas áreas das atividades físicas e do desporto no Estado de Minas Gerais;

VI – fiscalizar o exercício profissional no Estado de Minas Gerais;

VII - representar às autoridades competentes sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua competência;

VIII – fiscalizar o serviço prestado e ofertado na área das atividades físicas, desportivas e similares no Estado de Minas Gerais;

IX – adotar e promover todas as medidas necessárias à realização de suas finalidades;

X – elaborar a proposta de seu Regimento Interno e de eventuais alterações e submetê-las à aprovação do CONFEF;

XI – baixar, reativar e cancelar os registros dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas nele registrados;

XII – organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas que se inscrevam para exercer atividades de Educação no Estado de Minas Gerais;

XIII – encaminhar mensalmente ao CONFEF a relação atualizada dos Profissionais de Educação Física e Pessoas Jurídicas registradas no Estado de Minas Gerais;

XIV – aprovar a sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e a realização de operações referentes a mutações patrimoniais;

XV – aprovar seu orçamento, encaminhando ao CONFEF até 10 de novembro, em consonância ao que dispõe o princípio da anualidade;

XVI - aprovar as respectivas modificações orçamentárias;

XVII – fiscalizar e controlar, mensalmente, suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, garantindo seu equilíbrio financeiro;

XVIII – cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei Federal nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, das disposições da legislação aplicável, deste Regimento Interno, das Resoluções e demais atos;

XIX – julgar infrações e aplicar penalidades previstas na Lei nº 9.696/1998, neste Regimento Interno, em Resoluções e em atos normativos baixados pelo CONFEF;

XX – aprovar anualmente suas próprias contas, encaminhando-as até 31 de maio ao CONFEF;

XXI – funcionar como Conselho Regional de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos, adotando as medidas jurídicas legais cabíveis;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- XXII - propor ao CONFEF as medidas necessárias ao aprimoramento dos seus serviços e soluções de problemas relacionados ao exercício profissional;
- XXIII - aprovar o seu quadro de pessoal, criar cargos e funções, fixar salários e gratificações, bem como autorizar a contratação de serviços, tudo dentro dos limites de suas receitas próprias e em observância às normas vigentes;
- XXIV - manter intercâmbio com entidades congêneres e se fazer representar em organismos nacionais e internacionais relacionados ao exercício Profissional da Educação;
- XXV - incentivar e contribuir para o aprimoramento técnico, científico e cultural dos Profissionais de Educação Física;
- XXVI - adotar as medidas cabíveis para cobrança administrativa, inclusive, inscrevendo em dívida ativa os débitos oriundos de anuidades, contribuições, taxas, emolumentos, serviços e multas;
- XXVII - cobrar as importâncias correspondentes às anuidades, às taxas e às multas perante o juízo competente, quando exauridos os meios de cobrança amigável;
- XXVIII - arrecadar os valores relativos ao pagamento das anuidades, das taxas e das multas devidos pelas Pessoas Físicas e pelas Pessoas Jurídicas;
- XXIX - adotar as medidas necessárias à efetivação de sua receita e repassar ao CONFEF as importâncias referentes à sua participação legal;
- XXX - emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas a que esteja obrigado;
- XXXI - publicar anualmente:
- a) os orçamentos e os créditos adicionais;
 - b) os balanços;
 - c) o relatório de execução orçamentária;
 - d) o relatório de suas atividades;
 - e) a relação dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas registradas.
- XXXII - zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Profissão de Educação Física e de seus Profissionais.
- XXXIII - elaborar, editar, fomentar e divulgar publicações de interesse da Profissão e dos Profissionais de Educação Física.

TÍTULO II DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

SUBTÍTULO I DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Art. 5º - A todo Profissional de Educação Física devidamente registrado será fornecida uma Carteira de Identidade Profissional numerada e assinada pelo Presidente do CREF6/MG.

Art. 6º - A Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo CREF6/MG com observância aos requisitos e ao modelo estabelecido pelo CONFEF, na forma física ou digital, tem fé pública e constitui-se Documento de Identidade Civil, nos termos da Lei nº 6.206, de 07 de maio de 1975, que habilita seu titular ao exercício profissional em sua respectiva categoria.

SUBTÍTULO II DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DA ANUIDADE





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 7º – O valor da inscrição dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas no Sistema CONFEF/CREFs será regulamentado por Resolução do CONFEF.

Parágrafo único - O pagamento da inscrição será feito, obrigatoriamente, por meio de pagamento extraído da página eletrônica do CONFEF.

Art. 8º – Os valores das anuidades serão fixados anualmente, conforme legislação vigente.

Art. 9º – As anuidades serão processadas pelo CREF6/MG até o dia 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro dos Profissionais ou das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas das atividades físicas, exercícios físicos e do esporte.

§ 1º - As anuidades, as contribuições, taxas, multas e emolumentos serão processados, obrigatoriamente, na forma de cobrança compartilhada, na proporção de 80% (oitenta por cento) na conta do CREF6/MG e 20% (vinte por cento) na conta corrente do CONFEF.

§ 2º - O pagamento da anuidade devida ao CREF6/MG e ao CONFEF é facultativo para os Profissionais de Educação Física que tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade, na forma descrita em Resolução.

SUBTÍTULO III DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Art. 10 – O Profissional de Educação Física deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos na Lei Federal nº 9.696/1998, neste Regimento Interno e no Código de Ética Profissional.

Parágrafo único - O Código de Ética Profissional deverá regular direitos, responsabilidades, deveres, princípios e diretrizes para o exercício da profissão, sua relação com os demais Profissionais, dever geral de urbanidade, direitos e deveres dos beneficiários das intervenções, além dos respectivos procedimentos, observado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 11 – As infrações ético-disciplinares e as respectivas sanções serão disciplinadas no Código de Ética Profissional.

Art. 12 – As normas técnicas que nortearão a instauração e os procedimentos na condução dos processos ético-disciplinares serão instituídas por meio do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

TÍTULO III DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 6ª REGIÃO – CREF6/MG

SUBTÍTULO I DAS FINALIDADES, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 13 – O Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região – CREF6/MG, com sede e Foro na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, exerce e observa, em sua respectiva área de jurisdição, as competências, vedações e funções





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

atribuídas ao CONFEF, no que couber e no âmbito de sua competência material e territorial, e as normas estabelecidas na Lei nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, neste Regimento Interno e nas Resoluções do CONFEF.

Parágrafo único – O CREF6/MG tem personalidade jurídica distinta do CONFEF.

Art. 14 – O CREF6/MG, no âmbito do Estado de Minas Gerais, tem a competência exclusiva para:

- I - registrar e habilitar os Profissionais de Educação Física ao exercício da Profissão;
- II - registrar as Pessoas Jurídicas que prestem ou ofereçam serviços nas áreas das atividades físicas, atividades esportivas e do desporto;
- III - registrar título de Especialista em Educação Física, nos termos das Resoluções exaradas pelo CONFEF;
- IV - estabelecer normas, diretrizes e padrões exigíveis dos Profissionais ou da profissão em si, de maneira a buscar garantir o adequado exercício da profissão;
- V - expedir Carteira de Identidade Profissional para os Profissionais e Certificado de Registro de Funcionamento para as Pessoas Jurídicas que ofereçam ou prestem serviços nas áreas das atividades físicas, atividades esportivas e do desporto;
- VI - fiscalizar o exercício profissional, limitando-se, quanto às Pessoas Jurídicas, à aferição da regularidade do registro e à atuação dos Profissionais de Educação Física que nelas prestem serviço;
- VII - representar às autoridades competentes sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não sejam de sua alçada;
- VIII - fiscalizar o serviço prestado e ofertado na área das atividades físicas, desportivas e do desporto limitando-se, quanto às Pessoas Jurídicas, à aferição da regularidade do registro e à atuação dos Profissionais de Educação Física que nelas prestem serviço;
- IX - fixar, por meio de Resolução própria, até 30 de setembro do ano anterior à cobrança, em observância aos princípios tributários, e dentro dos limites estabelecidos pelo CONFEF, o valor das contribuições, anuidades, taxas e multas;
- X - adotar e promover todas as medidas necessárias à realização de suas finalidades;
- XI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XII - realizar, organizar, manter, baixar, reativar e cancelar os registros dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas neles registrados;
- XIII - organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos Profissionais e Pessoas Jurídicas;
- XIV - encaminhar mensalmente ao CONFEF a relação atualizada dos Profissionais de Educação Física e Pessoas Jurídicas registradas;
- XV - aprovar seu orçamento, encaminhando-o ao CONFEF até 10 de novembro, em consonância ao que dispõe o princípio da anualidade;
- XVI - aprovar as respectivas modificações orçamentárias;
- XVII - fiscalizar e controlar, mensalmente, suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, garantindo seu equilíbrio financeiro;
- XVIII - cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei Federal nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, das disposições da legislação aplicável, deste Regimento Interno, das Resoluções e demais atos;
- XIX - julgar infrações e aplicar penalidades previstas no Código de Ética Profissional, em Resoluções e em atos normativos baixados pelo CONFEF;
- XX - aprovar anualmente suas próprias contas, encaminhando-as até 31 de maio ao CONFEF;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- XXI - funcionar como Conselho Regional de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos, adotando as medidas jurídicas legais cabíveis;
- XXII - propor ao CONFEF as medidas necessárias ao aprimoramento dos seus serviços e soluções de problemas relacionados ao exercício profissional;
- XXIII - organizar e promover a eleição, entre os seus Membros Titulares, por maioria absoluta, de seu Presidente e Vice-Presidente;
- XXIV - organizar e promover a eleição, entre os seus Membros Titulares, por maioria absoluta, dos demais Membros da Diretoria;
- XXV - aprovar o seu quadro de pessoal, criar cargos e funções, fixar salários e gratificações, bem como autorizar a contratação de serviços, tudo dentro dos limites de suas receitas próprias e em observância às normas vigentes;
- XXVI - manter intercâmbio com entidades congêneres e se fazer representar em organismos nacionais e internacionais relacionados ao exercício Profissional da Educação Física;
- XXVII - incentivar e contribuir para o aprimoramento técnico, científico e cultural dos Profissionais de Educação Física;
- XXVIII - adotar as medidas cabíveis para cobrança administrativa de anuidades, contribuições, taxas, emolumentos, serviços e multas, inclusive inscrevendo em dívida ativa os débitos destas naturezas;
- XXIX - incentivar os Profissionais de Educação Física a participar do processo eleitoral;
- XXX - zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Profissão de Educação Física e de seus Profissionais;
- XXXI - aprovar a sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e a realização de operações referentes a mutações patrimoniais.

SUBTÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 15 – O CREF6/MG é composto de 28 (vinte e oito) Conselheiros, dentre eles vinte Titulares e oito Suplentes, eleitos na forma que dispõe o Código Eleitoral do Sistema CONFEF/CREFs, admitida uma reeleição.

Parágrafo Único – Todos aqueles que integram a composição do CREF6/MG, nos termos do *caput* deste artigo, são denominados Conselheiros Regionais.

Art. 16 – Em sua organização, o CREF6/MG é constituído pelos seguintes Órgãos:

- I - Plenário;
- II - Diretoria;
- III - Presidência;
- IV – Órgãos de Assessoramento, dentre eles:
 - a) Câmaras Permanentes;
 - b) Câmaras Temporárias;

CAPÍTULO I DO PLENÁRIO

Art. 17 – O Plenário do CREF6/MG é a instância máxima da Entidade e é constituído por vinte Membros Titulares.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

§ 1º - Na falta ou impedimento de um ou mais Membros Titulares, a ausência será suprida pela presença de Membro Suplente convocado pelo Presidente do CREF6/MG, na ordem da inscrição da respectiva chapa eleitoral.

§ 2º - No caso de vacância de cargo de Membro Titular, assumirá o Membro Suplente na ordem da inscrição da chapa eleitoral.

§ 3º - O Suplente convocado fica investido das prerrogativas, atributos e demais responsabilidades inerentes ao cargo de Membro Titular enquanto perdurar a substituição.

§ 4º - Os Conselheiros Suplentes, devidamente convocados para Reunião do Plenário, participarão sem direito a voto, desde que não esteja suprindo Conselheiro Titular, substituindo-o.

§ 5º - Os Conselheiros Federais registrados no CREF6/MG, quando devidamente convidados, participarão das reuniões do Plenário, com direito a voz.

Art. 18 – O Plenário do CREF6/MG reunir-se-á:

I - ordinariamente, uma vez ao mês, de forma presencial, em local e data a ser fixado pela Diretoria, por meio de convocação feita com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência;

II - extraordinariamente, quando convocado pelo Plenário, Diretoria e/ou Presidência, por meio de requerimento fundamentado, assinado pela maioria de seus Membros Titulares.

Parágrafo único - As reuniões ocorrerão de forma presencial, podendo eventualmente ocorrer de forma virtual ou híbrida.

Art. 19 – O Plenário do CREF6/MG somente deliberará sobre os assuntos constantes na sua pauta de convocação, com a presença da maioria absoluta de seus Membros Titulares e por maioria de votos, salvo disposição em contrário.

Art. 20 – A pauta de reunião do Plenário será definida pela Diretoria do CREF6/MG, no mínimo, 10 (dez) dias antes da sua realização, sendo que:

§ 1º - A distribuição da pauta aos Conselheiros Regionais ocorrerá até o 10º (décimo) dia anterior a realização da reunião do Plenário.

§ 2º - Constarão da pauta, as indicações dos processos a serem apreciados, com os respectivos números, a origem, o assunto e o Conselheiro Relator, quando já sorteado.

§ 3º - Poderão ser incluídos na pauta, mediante aprovação, por maioria simples, assuntos apresentados por escrito pelos Conselheiros Regionais antes do início da reunião do Plenário, devendo ser analisada a respectiva legalidade da matéria.

Art. 21 - Poderão participar da reunião do Plenário, quando convidadas pelo Plenário, Diretoria e/ou Presidência, pessoas cuja participação seja do interesse do CREF6/MG, sendo-lhes franqueado o direito a voz e vedado o direito ao voto.



Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 22 – Compete ao Plenário do CREF6/MG, além daquelas definidas pelo CONFEF, com a presença da maioria absoluta de seus Membros Titulares:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos neste Regimento Interno;

II - aprovar atos normativos ou deliberativos necessários ao exercício de sua competência;

III - adotar e promover as providências necessárias à manutenção da unidade de orientação e ação do CREF6/MG;

IV - apreciar e aprovar o relatório das atividades desenvolvidas pelo CREF6/MG, encaminhando-o para conhecimento do CONFEF;

V - fixar, dentro dos limites estabelecidos pelo CONFEF, o valor das contribuições, anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas registrados no respectivo CREF, por meio de Resolução sobre o tema, até o 30 de setembro e publicada no Diário Oficial da União até dia 20 de dezembro do ano anterior à cobrança, em observância aos princípios tributários;

VI - deliberar sobre os processos apreciados pelos Órgãos de Assessoramento;

VII - conhecer o pedido de licença e renúncia de Conselheiros e Membros de Órgãos de Assessoramento;

VIII - autorizar a participação do CREF6/MG em entidades científicas, culturais, de ensino, de pesquisa, voltadas para a especialização e a atualização da Educação Física;

IX - fixar e normatizar, quando houver, a concessão de verbas de caráter indenizatório ou não, respeitando os limites estabelecidos pelo CONFEF;

X - aprovar as atas das reuniões do Plenário do CREF6/MG;

XI - conceder títulos honoríficos;

XII - aprovar, com base no orçamento, o seu plano de trabalho;

XIII - proceder à análise do desempenho, eficácia e eficiência da prestação de contas do CREF6/MG;

XIV - aprovar a sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e a realização de operações referentes a mutações patrimoniais;

XV - aprovar orçamento e respectivas modificações, bem como operações referentes às mutações patrimoniais;

XVI - organizar e promover a eleição do Presidente e Vice-Presidente, dando-lhes a consequente posse;

XVII - organizar e promover a eleição, entre os seus Membros Titulares, dos demais Membros da Diretoria, dando-lhes a consequente posse;

XVIII - aprovar a alteração da ordem dos trabalhos da reunião do Plenário;

XIX - manter as Câmaras Permanentes com o escopo de desenvolvimento das ações do CREF6/MG;

XX - criar as Câmaras Temporárias do CREF6/MG;

XXI - indicar e aprovar os Membros que comporão as Câmaras Permanentes e Temporárias;

XXII - analisar as propostas apresentadas pelas Câmaras do CREF6/MG;

XXIII - aprovar honorarias concedidas e moções de diversas naturezas;

XXIV - respeitar e fazer respeitar o Código de Ética Profissional;

XXV - propor ao CONFEF alterações no Código de Ética Profissional e do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs;

XXVI - deliberar sobre a implantação de unidades Seccionais do CREF6/MG, decidindo sobre seu funcionamento.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Parágrafo único - As competências previstas nos incisos V e IX deste artigo serão exercidas obrigatoriamente por meio de Resoluções do CREF6/MG.

Art. 23 – Compete ao Plenário do CREF6/MG, além daquelas definidas pelo CONFEF, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus Membros Titulares:

I – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

II - homologar as eleições do CREF6/MG;

III – julgar recurso interposto em relação às eleições do CREF6/MG;

IV - aprovar e alterar os Regimentos Internos de seus Órgãos de Assessoramento;

V - apreciar e aprovar os relatórios financeiros e administrativos do CREF6/MG, após Parecer da Câmara de Controle e Finanças, encaminhando-os a seguir ao CONFEF;

VII - deliberar sobre a destituição ou modificação da Diretoria do CREF6/MG, em todo ou em parte, desde que solicitada por meio de expediente fundamentado e com a assinatura da maioria de seus Conselheiros Titulares;

VIII - aprovar o orçamento anual do CREF6/MG;

IX – julgar recurso em face de decisão dos Órgãos de Assessoramento do CREF6/MG;

X - autorizar a Diretoria a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis do CREF6/MG, observada a legislação vigente;

XI - funcionar como Conselho Regional de Ética, apreciando e julgando os casos que lhes forem submetidos;

XII - autorizar operações de crédito;

XIII - funcionar como Conselho Especial de Tomada de Contas, para apreciação e julgamento;

XIV - elaborar e aprovar o Regimento Eleitoral de acordo com as Normas Eleitorais emanadas do CONFEF;

XV - funcionar como Conselho Especial de Tomada de Contas, para apreciação e julgamento.

SUBCAPÍTULO I DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DO PLENÁRIO

Art. 24 – Compete ao Presidente do CREF6/MG, salvo disposições legais vigentes, presidir as reuniões do Plenário.

§ 1º - Durante as reuniões, compete ao Presidente diretamente ou por delegação aos Membros da Diretoria:

I - orientar e disciplinar os trabalhos, mantendo a ordem;

II - submeter as questões à votação, apurando os votos e proclamando as decisões;

III - conceder e cassar a palavra, interrompendo o orador que se desviar da questão em debate, cabendo ao Presidente, caso o orador se mantenha relutante em não atender a interrupção, consultar ao Plenário a medida a ser tomada;

III - proferir, além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate;

IV - conceder vista de processo.

§ 2º - Na primeira reunião do Plenário após a posse dos novos Conselheiros Regionais, o Conselheiro Regional que tiver o registro mais antigo no Sistema CONFEF/CREFs dentre os novos eleitos, conduzirá a reunião, na qualidade de Presidente da sessão, até a eleição da nova Diretoria, quando então, assumirá a função o Presidente do CREF6/MG eleito.



Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 25 – Na hora regulamentar prevista na convocação para as reuniões do Plenário, o Presidente de acordo com as disposições legais, verificará a existência do *quorum* mínimo de metade mais um dos Membros Titulares do Plenário e, em caso afirmativo, declarará aberta a sessão.

§ 1º- Caso não haja *quorum* mínimo para o início da reunião do Plenário, aguardar-se-á trinta minutos.

§ 2º- Após o término do tempo, e persistindo a ausência de *quorum* mínimo, o Presidente determinará a lavratura de um termo de presença e, antes do encerramento da reunião, mandará constar em ata a lavratura de tal termo.

§ 3º- Após a lavratura do termo, o Presidente encerrará a reunião.

Art. 26 – Aberta a reunião do Plenário, a ordem dos trabalhos obedecerá à seguinte sequência:

I – Leitura ou dispensa da leitura, discussão e aprovação das Atas anteriores;

II - Expediente e comunicações da Diretoria:

a) Relatos dos ofícios mais relevantes;

b) Relato das correspondências recebidas mais relevantes;

c) Comunicados;

III - Relato de participação do Presidente, dos Conselheiros Regionais e das Câmaras;

IV - Inclusão de assuntos na pauta;

V - Assuntos a serem deliberados, com prioridade aos processos;

VI - Assuntos Gerais.

§ 1º - As reuniões do Plenário do CREF6/MG poderão ser gravadas.

§ 2º - A pedido de qualquer Conselheiro presente à Reunião, mediante aprovação do Plenário, a ordem dos trabalhos poderá ser alterada, exceto a sequência dos incisos I e II do *caput* deste artigo.

Art. 27 - Farão uso da palavra durante a reunião do Plenário:

I – Conselheiros Regionais, em ordem de inscrição;

II – os Conselheiros Federais registrados no CREF6/MG, em ordem de inscrição;

II – convidados, a juízo do Presidente ou do Plenário.

Parágrafo Único – O tempo de manifestação de cada inscrito é de 03 (três) minutos, podendo haver flexibilização desse tempo por parte da Presidência.

Art. 28 - A apreciação de matéria constante como ponto de pauta obedecerá às seguintes regras:

I – o Presidente relatará ao Plenário a matéria a ser apreciada, sem direito a aparte, e, em seguida, abrirá a discussão, conduzindo e moderando o debate;

II – os Conselheiros Regionais e Federais inscrever-se-ão para que lhes seja concedida a palavra;

III – o Presidente concederá a palavra aos Conselheiros Regionais e Federais por ordem de inscrição;

IV - cada Conselheiro poderá fazer uso da palavra, objetivamente, sobre a matéria em debate;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

V – o Conselheiro com a palavra poderá conceder aparte, que será abatido do tempo que lhe couber para manifestação.

§ 1º - Os Conselheiros deverão se restringir a discutir, exclusivamente, a matéria em pauta, cabendo ao Presidente interromper a manifestação dos Conselheiros quando houver desvio da discussão.

§ 2º - Durante a discussão, o Conselheiro poderá solicitar análise de documento cuja matéria esteja em debate, assim como, apresentar proposta de encaminhamento referente ao assunto em questão.

Art. 29 - Para discussão da matéria, será aberta uma rodada de até dez inscrições, observando-se os seguintes critérios:

I - ao término da rodada abrir-se-á até duas defesas a favor da proposta e até duas contrárias;

II- finalizado o disposto no inciso I, o Plenário decidirá se abrirá uma segunda rodada de até dez inscrições.

III - em seguida, abrir-se-á o processo de votação sem recebimento de novas inscrições a partir das defesas até a votação;

a) a votação será nominal.

Art. 30 - Ao Conselheiro que tiver questão de ordem a levantar, será concedida a palavra, pelo prazo de cinco minutos, observado o seguinte:

I – as questões de ordem deverão ser iniciadas pela indicação do dispositivo ou matéria que se pretenda elucidar;

II – formalizada a questão de ordem e facultada a palavra ao Conselheiro, será ela, conclusivamente, decidida pelo Presidente na mesma sessão;

III – a questão de ordem será obrigatoriamente pertinente à matéria em discussão e votação.

Parágrafo único - Considera-se questão de ordem qualquer dúvida sobre a interpretação ou aplicação de dispositivos deste Regimento ou da condução do ato.

Art. 31 – O Plenário, durante a discussão e a pedido de seus Membros Titulares, poderá adiar a decisão para a sessão seguinte, continuando aberta a discussão.

Art. 32 – Encerrada a discussão, o Presidente encaminhará a matéria para votação.

§ 1º - São três os tipos de votos a serem proferidos:

I – favorável – aquele favorável à aprovação da matéria em votação;

II - contrário – aquele contrário à aprovação da matéria em votação;

III – abstenção – aquela no qual o Conselheiro se abstem de votar.

§ 2º - No caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade, além do voto ordinário.

§ 3º - No caso de quaisquer impedimentos constantes neste Regimento deverá o Conselheiro abster-se do voto.

§ 4º - Apurados os votos proferidos, o Presidente proclamará o resultado, fazendo-o constar na ata da reunião.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

§ 5º – Nenhum Conselheiro poderá alterar o voto depois de proclamada a conclusão da votação pelo Presidente.

Art. 33 – As atas resumirão com clareza o que na sessão tiver ocorrido, devendo conter, obrigatoriamente:

- I – o número da ata na forma sequencial;
- II – dia, mês, ano e hora da abertura e a do encerramento da sessão;
- III – o nome do Presidente e do Secretário da sessão;
- IV – o nome dos Conselheiros Regionais e Federais presentes;
- V – o nome dos Conselheiros que não comparecerem, indicando se houve ou não justificativa prévia, formalizada perante a Presidência;
- VI – o nome dos Convidados, porventura participantes;
- VII – os assuntos discutidos e julgados na sessão, incluindo o resultado;
- VIII – os processos julgados, indicando:
 - a) número do processo, o nome das partes, a suma dos fatos e do registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;
 - b) o voto do Relator e o voto dos demais Conselheiros aptos a votar e manifestações dos mesmos caso existam;
 - c) a deliberação do Plenário, indicando o número de votos favoráveis, contrários ao voto do Relator, bem como o número de abstenções;
- IX – quaisquer outras intercorrências ocorridas nos julgamentos.

Art. 34 – Após a aprovação das atas das reuniões de julgamento de processos, as mesmas serão lavradas em folhas separadas e assinadas pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 1º - As atas não poderão sofrer alteração, salvo retificações determinadas pelo Presidente ou solicitadas por Conselheiro Regional que não impliquem alteração do teor das deliberações.

§ 2º - As retificações de que trata o parágrafo anterior, somente ocorrerão em caso de erro de registro de dados e de outros erros materiais, devendo ser processadas na reunião seguinte, quando as atas serão submetidas à discussão e aprovação.

§ 3º - ocorrendo retificações após publicação da ata, as mesmas deverão constar ao final da ata com as indicações "onde se lê", seguidas da descrição do texto a ser retificado, e o termo, "leia-se", seguido do texto que substituirá.

Art. 35 - As atas das reuniões serão encadernadas periodicamente, de forma a constituir livro próprio, indicados por volume.

Parágrafo único - O Livro de Atas deverá conter termo de abertura e encerramento, bem como as folhas deverão ser numeradas.

SEÇÃO I DA DISTRIBUIÇÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SUBSEÇÃO I DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS



12



Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 36 – Havendo o recebimento dos processos administrativos, o Presidente do CREF6/MG os incluirá como ponto de pauta da reunião do Plenário.

Art. 37 – Durante a reunião do Plenário para a qual foi pautado o processo, o Presidente sorteará, dentre os Conselheiros Titulares presentes, um Relator, a quem competirá instrumentalizar o processo para julgamento.

§ 1º - Os processos sorteados serão entregues aos Relatores no ato do sorteio, mediante protocolo, devidamente assinado e encaminhado ao setor administrativo competente para ser juntado aos autos.

§ 2º - Os processos que, a juízo do Presidente, devam ser submetidos com urgência à apreciação do Plenário serão distribuídos imediatamente, sem sorteio, cabendo ao Conselheiro Relator designado dar conhecimento da ocorrência ao Plenário.

§ 3º - Ocorrendo a hipótese descrita no parágrafo anterior, o Presidente dará prévio conhecimento do fato ao Plenário, sendo tal documento de ciência devidamente assinado e encaminhado ao setor administrativo competente para ser juntado aos autos.

§4º - Cabe por fim, ao Conselheiro Relator designado, após assinar o protocolo, dar conhecimento da distribuição com urgência do processo ao Plenário.

§ 5º - O Conselheiro sorteado ou designado para a função de Relator, poderá protocolar, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, declaração onde se considera impedido para o exercício da função, devendo o Presidente, sortear ou indicar outro Relator, caso julgue procedente a condição alegada, ressalvadas as questões de suspeição/ foro íntimo bem como aquelas descritas neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II DA ANÁLISE DOS PROCESSOS

Art. 38 - É de no máximo 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do protocolo de recebimento do processo, o prazo do Relator para que proceda à análise do processo, emissão do respectivo Relatório com o protocolo junto ao setor administrativo competente.

§ 1º - O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias, desde que solicitado de forma escrita e fundamentada e aprovado pelo Presidente do CREF6/MG.

§ 2º - A critério do Relator poderá fazer os autos conclusos para saneamento com fins de serem solicitadas diligências em processo de sua relatoria, momento em que restará suspenso o prazo para elaboração do Relatório, devendo tal solicitação ser datada, assinada e juntada aos autos do processo.

§ 3º - Os prazos mencionados neste artigo contar-se-ão em dias corridos, iniciando-se no 1º (primeiro) dia útil subsequente:





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

I – À data de assinatura do protocolo de recebimento do processo, no caso de que trata o *caput*;

II – à data de assinatura da aprovação de prorrogação do mesmo, quando se tratar do parágrafo primeiro;

III – à data de assinatura do despacho de conclusão de saneamento do processo, nos casos dispostos no parágrafo segundo.

§ 4º - Esgotado o prazo para conclusão do processo, sem que o Relator emite o Relatório, e mediante requerimento escrito do mesmo, o Presidente do CREF6/MG concederá mais dez dias para a entrega do Relatório, sendo tais documentos de requerimento e de aprovação de prorrogação serem juntados aos autos do processo.

§ 5º - Persistindo a situação descrita no parágrafo anterior, os autos do processo deverão ser restituídos ao CREF6/MG e o mesmo será redistribuído.

§ 6º - Transcorrendo o prazo descrito no parágrafo anterior, sem entrega do Relatório, o Conselheiro Relator deverá restituir os autos do processo ao CREF6/MG, no prazo de 07 (sete) dias, sendo o mesmo redistribuído por sorteio.

§ 7º - O Conselheiro sorteado ou designado como Relator que entrar em licença, devolverá o(s) processo(s) ainda não relatado(s), que será(ão) redistribuído(s).

Art. 39 – O Relator ordenará e dirigirá o processo que lhe for distribuído, presidindo a sua completa instrução, cabendo-lhe:

I – solicitar ao Presidente do CREF6/MG as providências saneadoras que visem à regularidade do processo;

II – submeter à Diretoria do CREF6/MG as questões de ordem que interfiram na instrução do processo;

III – elaborar Relatório que deverá conter:

a) qualificação: indicando o número do processo, nome das partes e nome do Conselheiro Relator;

b) relatório: contendo o resumo dos fatos constantes no processo;

c) fundamentação: declarando a razão do voto e a base normativa, quando houver;

d) Voto: expondo a decisão;

IV – encaminhar ao Presidente do CREF6/MG o processo analisado, com o Relatório por escrito e o pedido de data para julgamento;

V – redigir e assinar o que for de sua competência;

VI – ler o relatório proferido na reunião do Plenário designada para tanto, obedecendo a sequência constante na pauta.

SUBSEÇÃO III DO JULGAMENTO DOS PROCESSOS

Art. 40 – O julgamento dos processos pautados em reunião do Plenário iniciar-se-á pela ordem "com urgência", sendo a deliberação tomada pelo voto dos Conselheiros Regionais Titulares, considerando-se a maioria simples.

Parágrafo único - Os processos cuja discussão ou votação seja adiada ou interrompida serão destacados, automaticamente, na pauta seguinte.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 41 - Desejando proferir sustentação oral, o recorrente ou o advogado ou o representante legal, com procuração devidamente juntada aos autos do processo a ser julgado na Reunião do Plenário, poderá se inscrever para o ato, desde que solicite ao setor administrativo competente que estará junto ao Plenário seguindo os procedimentos descritos na intimação para a respectiva pauta de Julgamento.

Art. 42 - Será vedada a realização de Sustentação oral por mais de um defensor do representado no mesmo processo a ser julgado pelo Plenário do CREF6/MG.

Parágrafo único - O advogado devidamente inscrito perante o setor administrativo competente junto ao Plenário poderá falar por prazo máximo de dez minutos, sendo vedada a prorrogação.

Art. 43 - De ordem do Presidente do CREF6/MG, serão iniciados os julgamentos dos processos, quando o Relator fará a leitura de seu Relatório.
(realocação)

Art. 44 - Após a leitura do Relatório pelo Conselheiro Relator, será concedida a palavra ao inscrito para realização de Sustentação Oral.

Art. 45 - Ato contínuo, após sustentação oral, os Conselheiros Regionais com direito a voto presentes à pauta de Julgamento da Reunião do Plenário poderão, excepcionalmente, sem nenhuma manifestação de mérito, solicitar esclarecimentos sobre fatos e circunstâncias relativas às questões em debate que não possam aguardar o momento do seu voto ao Conselheiro Relator responsável, realizando, o requerimento, por uma única vez, cabendo ao Relator dirimir as dúvidas existentes.

Parágrafo único - O Conselheiro poderá fazer uso da palavra, após consentimento do Presidente, e não serão permitidos apartes.

Art. 46 - Cada processo submetido à apreciação do Plenário poderá ser objeto de até dois pedidos de vista no total, por parte dos Conselheiros Regionais com direito a voto sendo que:

§ 1º - Os pedidos de vista serão solicitados verbalmente pelo Conselheiro Regional com direito a voto, após a leitura do Relatório e Sustentação Oral em Plenário, durante discussão de matéria em apreciação, momento no qual, de imediato, receberá formalmente, mediante protocolo, o processo.

§ 2º - Cada Conselheiro Regional com direito a voto poderá solicitar apenas um pedido de vista em cada processo.

§ 3º - O Conselheiro Regional, com vista do processo, deverá devolvê-lo na mesma Reunião do Plenário ou, obrigatoriamente, na Reunião do Plenário subsequente, acostando seu voto por escrito, sob pena de preclusão.

§ 4º - Salvo justificativa acatada pelo Plenário, o processo com pedido de vista que não for devolvido no prazo definido no parágrafo anterior, será deliberado com base no relatório e voto apresentados na Reunião Plenária original.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

§ 5º - Nos processos em que a legislação indicar prazo certo, o pedido de vista será dado por prazo que não ultrapasse o determinado para o Plenário decidir.

§ 6º - O Conselheiro que participou em alguma das Câmaras do CREF6/MG da apreciação e deliberação da matéria, ficará impedido de pedir vista no Plenário.

Art. 47 - Quando da apreciação de matéria caracterizada como urgente ou cuja tramitação esteja vinculada a prazo estipulado, caberá pedido de vista de mesa, que será concedido para ser apreciado e deliberado no decorrer da própria reunião Plenária.

Parágrafo único - A matéria será considerada urgente quando estiver vinculada a prazo improrrogável ou for imprescindível sua apreciação na mesma sessão, quando houver decisão do Plenário do CREF6/MG ou estiver descrita no Regimento Interno do CREF6/MG ou ainda na legislação do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 48 - A apreciação e julgamento de processos suspensos em decorrência de pedido de vista prosseguirá na mesma Reunião do Plenário do pedido realizado, ou, obrigatoriamente, na Reunião do Plenário subsequente com exposição do voto do Membro Titular solicitante. Sendo dispensada nova publicação ou comunicação às partes.

Parágrafo único - Os votos, proferidos expressamente nos processos, deverão observar os seguintes quesitos:

- I - qualificação, indicando o número do processo, nome das partes, nome do Conselheiro Relator e do Conselheiro solicitante;
- II - relatório, contendo o resumo dos fatos constantes no processo;
- III - fundamentação, declarando a razão do voto e a decisão.

Art. 49 - Aberta a votação, os trabalhos obedecerão ao rito instituído neste Regimento.

Art. 50 - Uma vez proclamado o resultado do julgamento do processo, a deliberação deverá constar na ata da reunião do Plenário, nos termos descritos neste Regimento.

Art. 51 - Nenhum Conselheiro poderá alterar o voto depois de concluso o processo para proclamação do resultado do Julgamento.

Parágrafo único - O Presidente, *ex officio* ou a requerimento de Conselheiro Regional apresentado até quarenta e oito horas após a realização da sessão, poderá, ouvido o Plenário, reincluir o processo em pauta, caso não tenha sido concluso para proclamação do resultado do Julgamento.

Art. 52 - Os julgamentos dos processos ético-disciplinares obedecerão ao disposto no Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

SEÇÃO II DAS VACÂNCIAS E IMPEDIMENTOS

Art. 53 - Entende-se por vacância a declaração oficial de que o cargo se encontra vago, a fim de que seja provido, caso possível, por um substituto.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Parágrafo único - A vacância no Plenário do CREF6/MG verificar-se-á em virtude de:

- I – licença;
- II – renúncia;
- III - falecimento;
- IV – suspensão cautelar de mandato;
- V - perda de mandato.

Art. 54 – Entende-se por impedimento a obstrução legal ou moral que venha a afetar o Conselheiro, impossibilitando-o do exercício momentâneo do seu cargo.

SUBSEÇÃO I DAS VACÂNCIAS

Art. 55 – As vacâncias serão consideradas como:

- a) temporária: nos casos de licença ou suspensão cautelar do mandato;
- b) definitiva: nos casos de renúncia, falecimento e perda de mandato.

Art. 56 – Entende-se por licença o afastamento do cargo, por tempo determinado, podendo o Conselheiro retornar quando desejado.

Art. 57 – A suspensão cautelar de mandato consiste no afastamento do Conselheiro Regional do CREF6/MG do cargo, devidamente aprovado pelo Plenário do CREF6/MG, em razão de atos que afrontem princípios constitucionais de probidade, legalidade e moralidade, bem como por inobservância aos preceitos do CREF6/MG e do Sistema CONFEF/CREFs, até que finde a tramitação de regular processo de cassação.

Parágrafo único - Os efeitos da suspensão cautelar começam a contar na data da intimação do Conselheiro Regional do CREF6/MG acerca da decisão do Plenário ou, em caso de impossibilidade de intimação pela terceira vez e de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 58 – Entende-se por renúncia a desistência voluntária do cargo de Conselheiro Regional do CREF6/MG, tendo esta decisão pessoal, caráter irrevogável.

Art. 59 – Nos casos de licença e renúncia, o Conselheiro requerente deverá fazê-lo por meio de documento escrito relatando as razões da situação invocada.

Parágrafo único - Os efeitos da licença e da renúncia começam a contar na data do protocolo do requerimento na sede do CREF6/MG.

Art. 60 – Após o recebimento do requerimento de que trata o artigo anterior, o Presidente dará conhecimento ao Plenário do CREF6/MG, momento em que a ausência será suprida pela presença de Conselheiro Regional Suplente, convocado pelo Presidente do CREF6/MG, na ordem da inscrição da respectiva chapa eleitoral.

Art. 61 - Na ocorrência de vacância temporária de Membro da Diretoria do CREF6/MG, a substituição será automática, válida durante o período de duração do afastamento, formalizada pela assinatura de termo de compromisso e processada da seguinte forma:





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- I - o 1º Vice-Presidente acumula o exercício de seu cargo com o de Presidente, e havendo a ausência do 1º Vice-Presidente acumula o 2º Vice-Presidente;
- II - o 1º Secretário acumula o exercício de seu cargo com o de Vice-Presidente, e havendo a ausência do 1º Secretário acumula o 2º Secretário tal exercício; e
- III - o 1º Tesoureiro acumula o exercício de seu cargo com o de Secretário, e havendo a ausência do 1º Tesoureiro acumula o 2º Tesoureiro tal exercício.

Parágrafo único – Em caso de vacância definitiva, prevalecerá a substituição descrita neste artigo até a segunda reunião do Plenário após o fato, quando então deverá ser realizada nova eleição para o período restante do mandato.

Art. 62 - A suspensão e a perda do mandato exigem instauração de processo administrativo em que se assegure o contraditório e o amplo direito de defesa do Membro Titular, respeitadas as disposições constantes em normativo que regulamente o tema.

SUBSEÇÃO II DOS IMPEDIMENTOS

Art. 63 – O Conselheiro deverá se declarar:

I – Impedido, quando:

- a) ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito;
- b) tiver desempenhado qualquer atividade referente ao feito ou servido como testemunha;

II – Suspeito, quando:

- a) for amigo íntimo ou inimigo capital das partes envolvidas;
- b) ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter administrativo e/ou ético haja controvérsia;
- c) ele, seu cônjuge ou companheiro, parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que dependa de atos de qualquer das partes envolvidas;
- d) for credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes envolvidas;
- e) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no feito.

Parágrafo único - Os efeitos do disposto neste artigo começam a contar na data do protocolo da declaração na sede do CREF6/MG ou no momento em que tal fato for declarado verbalmente em reunião do Plenário ou das Câmaras do CREF6/MG, constando expressamente a declaração e sua fundamentação na referida ata.

CAPÍTULO II DA DIRETORIA

Art. 64 – A Diretoria do CREF6/MG é o órgão que exerce as funções administrativas e executivas do Conselho Regional de Educação Física da Sexta Região – Minas Gerais e será constituída pelo Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 65 – A Diretoria do CREF6/MG será integrada, exclusivamente, por Conselheiros Titulares na forma que dispõe a Lei nº 9.696/1998 e no Código Eleitoral do Sistema CONFEF/CREFs.

§ 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos na primeira reunião do Plenário, após a posse dos Conselheiros Regionais eleitos, para mandato de até 04 (quatro) anos.

§ 2º - A Diretoria do CREF6/MG poderá, dentro de sua organização e necessidades, criar assessorias e nomear seus titulares, com atribuições específicas ao seu funcionamento.

§ 3º - Os Membros integrantes da Diretoria podem ser substituídos pelo Plenário a qualquer tempo, mediante nova eleição, nos termos a serem estabelecidos em Resolução própria sobre o tema.

Art. 66 – A Diretoria do CREF6/MG reunir-se-á

I - ordinariamente, no mínimo, doze vezes ao ano, com intervalo máximo de 60 (sessenta) dias;

II - extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do Presidente ou pela maioria de seus Membros Titulares.

Parágrafo Único - As reuniões ocorrerão de forma presencial, podendo eventualmente ocorrer de forma virtual ou híbrida.

Art. 67 – Compete, coletivamente, à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento Interno e das deliberações do Plenário;

II - preservar o patrimônio do CREF6/MG;

III - prevenir riscos e corrigir desvios que afetem as contas, garantindo seu equilíbrio e, controlando, mensalmente, a receita e as despesas;

IV - atuar atendendo aos princípios do planejamento, transparência e moralidade;

V - apresentar ao Plenário o relatório anual de suas atividades;

VI - desenvolver suas ações de forma planejada e transparente;

VII - promover a transmissão de domínio, posse, direitos, pretensões e ações sobre bens imóveis e gravá-los com ônus reais e outros, desde que digam respeito à ampliação ou resguardo do patrimônio do CREF6/MG, após aprovação do Plenário;

VIII - aprovar o seu quadro de pessoal, criar cargos e funções, fixar salários e gratificações, bem como autorizar a contratação de serviços;

IX - autorizar ou aprovar contratos de qualquer natureza, desde que tenham como objetivo o interesse e as necessidades do CREF6/MG;

X - autorizar ou aprovar operações de crédito de qualquer natureza, desde que tenham como objetivo o interesse e as necessidades do CREF6/MG, após aprovação do Plenário;

XI - admitir e demitir funcionários, ficando vedado qualquer aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato da Diretoria, excetuados os aumentos decorrentes de lei, convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa da categoria;

XII - exercer ações administrativas, financeiras e políticas relativas ao CREF6/MG;

XIII - promover a instalação de unidades Seccionais do CREF6/MG;

XIV - encaminhar mensalmente ao CONFEF o balancete financeiro e a relação atualizada dos Profissionais registrados, indicando os inadimplentes;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- XV - adotar todas as providências e medidas necessárias à realização das finalidades do Sistema CONFEF/CREFs;
- XVI - conhecer e dirimir dúvidas suscitadas por seus registrados;
- XVII - desempenhar as ações administrativas, financeiras e políticas do CREF6/MG;
- XVIII - deliberar sobre o pagamento de verbas de caráter indenizatório ou não aos Membros da Diretoria, aos Conselheiros, convidados e aos empregados do CREF6/MG, quando no efetivo exercício de suas funções;
- XIX - fiscalizar e controlar, mensalmente, suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, garantindo seu pleno equilíbrio;
- XX - aprovar as respectivas modificações orçamentárias;
- XXI - proceder à gestão administrativa e financeira do CREF6/MG;
- XXII - implementar o controle interno preventivo, efetuado com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades;
- XXIII - acompanhar e zelar pela sustentabilidade do CREF6/MG;
- XXIV - estabelecer a pauta das reuniões de Diretoria e do Plenário;
- XXV - desempenhar as ações administrativas, financeiras e políticas do CREF6/MG;
- XXVI - apresentar balancete financeiro trimestralmente ao Plenário do CREF6/MG;
- XXVII - confeccionar e aprovar as atas de suas reuniões;
- XXVIII - expedir instruções necessárias ao funcionamento administrativo do CREF6/MG;
- XXIX - distribuir à Câmara competente os projetos que, em função de sua especificidade, deverão ser decididos pelo Plenário, após estudo e parecer;
- XXX - apreciar em primeira instância os balancetes do CREF6/MG, antes de submetê-los ao Plenário;
- XXXI - apreciar minutas de Resoluções e Portarias, antes de submetê-las ao Plenário;
- XXXII - apreciar o desenvolvimento dos trabalhos das Câmaras Permanentes e Temporárias do CREF6/MG;
- XXXIII - exercer outras competências delegadas pelo Plenário;
- XXXIV - designar Conselheiros do CREF6/MG para representar a entidade em Congressos, Fóruns, Grupos de Trabalhos, eventos e outros;
- XXXV - autorizar a realização de sindicância e a instauração de processos administrativos disciplinares.

SUBCAPÍTULO III DAS SECCIONAIS

Art. 68 – As Seccionais são unidades administrativas vinculados ao CREF6/MG, cabendo-lhes exercer as funções meramente administrativas vinculados aos atos emanados do CREF6/MG.

Parágrafo único – As Seccionais estarão sujeitas, para efeito de sua criação, funcionamento e outros, às normas estabelecidas pelo CONFEF e pelas normas emanadas pelo CREF6/MG.

Art. 69 – Para instalação das Seccionais, o CREF6/MG deverá possuir condição financeira comprovada de mantê-las com funcionamento regular.

Parágrafo único – Para a referida instalação, deverá ser elaborada e analisada previsão orçamentária, contendo a estimativa do valor a ser empregado com despesas essenciais ao funcionamento da Seccional, incluindo a previsão de gastos com aquisição/locação, manutenção e funcionários.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 70 – As Seccionais serão subordinadas à Diretoria do CREF6/MG.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 71 – A Presidência do CREF6/MG será exercida por um Presidente e dois Vice-Presidentes.

Art. 72 – O Presidente do CREF6/MG será substituído, em seus impedimentos legais de qualquer natureza, inclusive licença, pelo 1º Vice-Presidente e, no impedimento deste, pelo 2º Vice-Presidente, com todas as atribuições inerentes ao cargo.

Parágrafo único – Compete aos Vice-Presidentes do CREF6/MG auxiliarem o Presidente no exercício de suas funções.

Art. 73 – O Presidente exerce a representação nacional e internacional do CREF6/MG, perante organizações públicas e privadas, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo constituir procurador ou delegar a sua representação.

Art. 74 – É competência exclusiva e responsabilidade do Presidente:

- I - convocar e presidir as reuniões do Plenário e da Diretoria;
- II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário e da Diretoria;
- III - convocar seus Órgãos de Assessoramento;
- IV - zelar pela harmonia entre os Conselheiros Regionais e entre os membros do Sistema CONFEF/CREFs, em benefício da unidade política;
- V - supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas e financeiras do CREF6/MG;
- VI - adotar providências de interesse do exercício da profissão, promovendo medidas necessárias à sua regularidade e defesa, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
- VII - movimentar, conjunta e solidariamente com o Tesoureiro, as contas bancárias e contratos de ordem financeira e patrimonial do CREF6/MG e demais documentos referentes às despesas do Conselho;
- VIII - assinar a admissão, nomeação, demissão e exoneração de funcionários;
- IX - responder sobre o registro e fiscalização do exercício profissional;
- X - expedir Resoluções aprovadas pelo Plenário;
- XI - expedir Portarias e atos normativos;
- XII - assinar, conjunta e solidariamente com o Tesoureiro, os balanços, proposta orçamentária e demais documentos necessários à gestão financeira;
- XIII - praticar atos de competência do Plenário, *ad referendum* deste, em matéria que, por sua urgência, reclame disciplina ou decisão imediata;
- XIV - proferir voto de qualidade quando houver empate, além do voto ordinário, exceto em julgamentos éticos;
- XV - nomear Membro para desempenho de funções e designar Relatores;
- XVI - assinar com o Secretário as atas das reuniões do Plenário e da Diretoria;
- XVII - autorizar o pagamento de despesas, observadas as normas legais pertinentes;
- XVIII - autorizar e/ou delegar a expedição de certidões, declarações, atestados e documentos similares extraídos de registros próprios do CREF6/MG;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- XIX – diligenciar o atendimento do que for requisitado pelos Presidentes das Câmaras do CREF6/MG, inclusive o apoio administrativo e o assessoramento técnico;
- XX – decidir sobre alterações eventuais de expediente;
- XXI – autorizar o trabalho dos empregados fora do expediente normal de trabalho;
- XXII – conceder elogios aos empregados e aplicar-lhes penalidades;
- XXIII – despachar os papéis, assinar as Resoluções e Portarias, bem como a correspondência oficial do CREF6/MG;
- XXIV - zelar pelo prestígio e decoro do CREF6/MG.

Art. 75 – Aos Vice-Presidentes do CREF6/MG compete substituir o Presidente em suas ausências.

SUBCAPÍTULO I DA SECRETARIA

Art. 76 – Compete ao 1º Secretário:

- I - dirigir e supervisionar os serviços da Secretaria;
- II - assessorar a Presidência nos assuntos pertinentes à Secretaria;
- III - organizar as reuniões de Diretoria e Plenário;
- IV - secretariar as reuniões da Diretoria e Plenário;
- V - redigir a ata das reuniões ou supervisionar a sua redação;
- VI - dar tramitação e acompanhar a execução das deliberações do Presidente, Diretoria e Plenário;
- VII - assinar, com o Presidente, as atas e os extratos de ata;
- VIII - verificar a identidade e a qualidade dos participantes das reuniões;
- IX - auxiliar a verificação e a contagem de votos durante as reuniões do Plenário;
- X - realizar a confirmação de presença para as votações, pela ordem de assinaturas no livro de presença;
- XI - executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Plenário, Diretoria ou Presidência;
- XII – substituir os Vice-Presidentes em suas ausências ou impedimentos.

Art. 77 – Compete ao 2º Secretário:

- I - substituir o 1º Secretário nos casos de ausência e impedimento;
- II - cooperar com o 1º Secretário no desempenho das suas atribuições.

SUBCAPÍTULO II DA TESOURARIA

Art. 78– Compete ao 1º Tesoureiro:

- I – assinar, conjunta e solidariamente com o Presidente, cheques e ordens de pagamento e demonstrativos contábeis anuais das prestações de contas;
- II – movimentar, conjunta e solidariamente com o Presidente, as contas bancárias e contratos de ordem financeira e patrimonial;
- III - administrar os recursos financeiros junto com o Presidente;
- IV - coordenar e supervisionar, com o Presidente, a elaboração e execução da proposta orçamentária;
- V - realizar a gestão financeira com o Presidente;
- VI - assinar despesas, somente quando houver recursos financeiros em caixa;
- VII - assinar, conjunta e solidariamente, com o Presidente, os balanços, proposta orçamentária e demais documentos necessários à gestão financeira;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- VIII – substituir os Secretários em suas ausências ou impedimentos;
IX – manter-se informado acerca dos serviços e atividades compreendidas na área econômico-financeira.

Art. 79 – Compete ao 2º Tesoureiro:

- I - substituir o 1º Tesoureiro nos casos de ausências e impedimentos;
II - cooperar com o 1º Tesoureiro no desempenho das suas atribuições.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO

Art. 80 – As Câmaras são órgãos de assessoramento do Plenário, da Diretoria e da Presidência do CREF6/MG, com competência exclusiva para examinar em caráter preliminar, por meio de análise, instrução e emissão de parecer, os assuntos e processos que lhes forem enviados pelo Presidente do CREF6/MG, retornando-os devidamente avaliados para decisão superior.

Art. 81 - As Câmaras terão como sede as instalações do CREF6/MG e contarão com o apoio do setor administrativo competente para auxílio nas questões administrativas com o devido cumprimento deste regimento interno além do regimento interno da respectiva câmara.

Art. 82 - As Câmaras do CREF6/MG serão compostas por no mínimo 02 (dois) Conselheiros Regionais:

- I – O Presidente da Câmara deverá ser eleito na primeira reunião da mesma por maioria dos votos, observando-se a necessidade de ser um Conselheiro devidamente eleito;
II – A fim de manter a organização e maior produtividade dos trabalhos, a composição limitar-se-á a no máximo sete integrantes e um suplente por Câmara, salvo a deliberação do Plenário;
III – Não será permitida a participação de Membros Titulares e Convidados em mais de uma Câmara Permanente, à exceção dos Membros da Câmara de Controle e Finanças;
IV – Os Membros das Câmaras podem ser substituídos a qualquer momento por deliberação do Plenário.

SUBCAPÍTULO I DAS CÂMARAS PERMANENTES

Art. 83 – Às Câmaras Permanentes competem as prerrogativas descritas neste Regimento:

- I - elaborar o programa de trabalho, na área de sua competência, apresentando à Diretoria do CREF6/MG;
II - desenvolver estudos e pesquisas que colaborem na definição de estratégias que estabeleçam conexões entre a sua área de competência e o exercício profissional;
III - elaborar relatório de atividades desenvolvidas durante o ano e envio à Diretoria do CREF6/MG até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente.

Art. 84 – São Câmaras Permanentes:

- I - Câmara de Registro;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- II - Câmara de Normatização;
- III - Câmara de Fiscalização;
- IV - Câmara de Julgamento;
- V - Câmara de Orientação e Ética Profissional;
- VI - Câmara de Controle e Finanças.

SUBCAPÍTULO II DA CÂMARA DE REGISTRO

Art. 85 – À Câmara de Registro compete especificamente:

- I - receber, analisar e deliberar, os pedidos de registros, alterações, cancelamento e reativação dos registros de Profissionais;
- II - receber, analisar e deliberar, os pedidos de registros, alterações, cancelamentos e reativação dos registros das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviço na área de atividades físicas, atividades esportivas e similares;
- III – controlar, a emissão de Carteira de Identidade Profissional;
- IV – controlar, a emissão de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica;
- V - propor procedimentos para o registro dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas, e encaminhar para deliberação do Plenário;
- VI - estabelecer procedimentos para o registro e a emissão de Certidão de Registro de Especialidade Profissional do CREF6/MG;
- VII - examinar matéria sobre registro e propor medidas e ações pertinentes;
- VIII - examinar e emitir parecer sobre os recursos das decisões exaradas pelo CREF6/MG referentes ao registro de Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas.

SUBCAPÍTULO III DA CÂMARA DE NORMATIZAÇÃO

Art. 86 – À Câmara de Normatização compete especificamente:

- I - zelar para que sejam cumpridas as leis, os princípios e as normas reguladoras do exercício da profissão;
- II - acompanhar normativas, projetos de lei e decisões judiciais que impactem no exercício profissional e no desenvolvimento da profissão;
- III - elaborar diretrizes, normas técnicas e éticas reguladoras da atividade profissional;
- IV - elaborar instruções normativas necessárias à implementação das decisões do Plenário e das decisões das Câmaras, em conjunto com as mesmas;
- V - estabelecer mecanismos legais para intercâmbio com Instituições de Ensino Superior e entidades de natureza técnica;
- VI - manter cadastro dos Cursos de Graduação em Educação Física sediados em Minas Gerais.

SUBCAPÍTULO IV DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 87 – À Câmara de Fiscalização compete especificamente:

- I – zelar pela fiscalização do exercício das atividades profissionais dos Profissionais de Educação Física e das Pessoas Jurídicas no âmbito de abrangência do CREF6/MG;
- II - denunciar ao CREF6/MG as irregularidades encontradas e não corrigidas dentro do prazo para que o Conselho possa representar perante as autoridades competentes





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

em relação aos fatos que apurar e cuja solução ou punição não seja de sua competência;

III – propor e/ou apreciar ato normativo que verse sobre a fiscalização do exercício e das atividades profissionais dos Profissionais de Educação Física na área de atuação do CREF6/MG;

IV – programar e supervisionar as atividades desenvolvidas pela fiscalização;

V – elaborar instruções para o exercício da fiscalização atendendo aos fundamentos legais pertinentes;

VI – emitir parecer sobre ações voltadas à eficácia da fiscalização do exercício e das atividades profissionais dos Profissionais de Educação Física a pedido do Plenário do CREF6/MG ou de sua Diretoria, encaminhando propostas ao Plenário do CREF6/MG;

VII - levantar, analisar e debater sobre os problemas encontrados pela área de Fiscalização do CREF6/MG durante a fiscalização, informando-os à Câmara de Fiscalização do CONFEF;

VIII - responder consultas e orientar à área de fiscalização do CREF6/MG;

IX – elaborar relatório de fiscalização a ser enviado, mensalmente, à Reunião do Plenário do CREF6/MG;

X – elaborar relatório de fiscalização a ser enviado, trimestralmente, ao CONFEF contendo as seguintes informações:

a) o número total de fiscalizações realizadas no período (ativas/reactivas), indicando o quantitativo referente às Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas;

b) a descrição das infrações identificadas, quantificando-as;

c) os efeitos gerados pelos autos de fiscalização.

SUBCAPÍTULO V DA CÂMARA DE JULGAMENTO

Art. 88 – À Câmara de Julgamento compete especificamente:

I - sanear, avocar e desenvolver processos de sua competência, determinando as diligências necessárias à instrução processual;

II - informar à Diretoria do CREF6/MG para representar às autoridades competentes sobre fatos apurados;

III - zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional e do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs e dos seus aprimoramentos;

IV - opinar, por meio de parecer escrito e motivado e observado o disposto no Código de Ética Profissional, pelo não recebimento de denúncia ou representação, sugerindo seu arquivamento liminar quando o fato apurado não constituir infração disciplinar;

V - instaurar Procedimento de Sindicância – PS por meio de parecer escrito e motivado e observado o disposto no Código de Ética Profissional;

VI - instaurar Processo Ético e Disciplinar – PED com o respectivo parecer e tipificação da infração, observado o disposto no Código de Ética Profissional;

VII - autuar, instruir e julgar, em primeira instância, os casos de denúncia de Profissionais que tenham ferido o Código de Ética Profissional;

VIII - promover, quando possível, o Procedimento de Conciliação – PC sem apreciação do mérito, por meio de parecer escrito e motivado e observado o disposto no Código de Ética Profissional;

IX – conduzir, examinar e julgar os processos éticos, inclusive, determinando diligências necessárias à sua instrução, levando, após o julgamento, ao conhecimento do Plenário do CREF6/MG;

X – elaborar relatório de processos julgados a ser enviado, trimestralmente, ao CONFEF; contendo as seguintes informações:





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

- a) o número total de processos instaurados no período;
- b) o número total de processos julgados no período;
- b) a descrição das infrações identificadas, por artigo da Legislação à qual se referem, quantificando-as;
- c) o quantitativo de advertências aplicadas;
- d) o quantitativo de multas aplicadas;
- e) o quantitativo de suspensões de registros aplicadas;
- f) o quantitativo de cancelamentos de registro aplicados.

Art. 89 – A Câmara de Julgamento, por ato de seu Presidente, após deliberação e aprovação do Plenário do CREF6/MG, poderá credenciar Profissionais de Educação Física devidamente registrados no CREF6/MG para constituir Comissão, com a finalidade de efetuar sindicância ou promover diligências necessárias à instrução de processos a seu cargo.

Parágrafo único – Estão absolutamente impedidos de participar de sindicância, diligência e/ou julgamento os parentes até o terceiro grau das partes ou aqueles que de qualquer forma estejam envolvidos, ou que tenham, publicamente, emitido algum juízo de valor sobre o fato objeto do processo.

SUBCAPÍTULO VI DA CÂMARA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

Art. 90 – À Câmara de Orientação e Ética Profissional compete especificamente:

- I - estimular a exatidão e a diligência no exercício profissional, resguardando a dignidade dos que a exercem;
- II - elaborar recomendações, orientações e diretrizes sobre os diferentes campos de intervenção profissional;
- III - propor e realizar atividades relacionadas com a Ética Profissional nos campos de intervenção do Profissional de Educação Física;
- IV - elaborar instruções sobre assuntos específicos relacionados com o exercício profissional;
- V - analisar e emitir parecer sobre políticas públicas ou iniciativas privadas, que incidam sobre Educação Física na saúde, na educação, nos esportes, na cultura e lazer;
- VI - definir parâmetros e instrumentos de avaliação do exercício profissional, incluindo exame de proficiência;
- VII - estabelecer referenciais para a criação e reconhecimento de especialidades profissionais;
- VIII - articular ações entre formação inicial e continuada, exercício profissional e mercado de trabalho;
- IX - elaborar propostas sobre o perfil formativo e de intervenção profissional.
- X - Propor mudanças no Código de Ética Profissional;
- XI - zelar pela observância dos princípios do Código de Ética do Profissional de Educação Física;

SUBCAPÍTULO VII DA CÂMARA DE CONTROLE E FINANÇAS





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 91 – À Câmara de Controle e Finanças compete especificamente:

- I - examinar a proposta orçamentária do CREF6/MG;
- II - examinar, anualmente, as prestações de contas e o balanço do exercício do CREF6/MG, emitindo parecer para deliberação do Plenário;
- III - apreciar as demonstrações contábeis mensais, emitindo parecer, se necessário;
- IV - apresentar ao Plenário denúncia fundamentada sobre erros administrativos de matéria financeira, sugerindo as medidas a serem tomadas;
- V - acompanhar a execução orçamentária e dos programas necessários à utilização regular e racional dos recursos;
- VI - atuar na auditoria interna da entidade;
- VII - apresentar ao Plenário, trimestralmente, os relatórios exarados acerca da prestação de contas;
- VIII - levantar e analisar sobre os problemas encontrados pela Câmara na documentação apresentada pelo CREF6/MG;
- IX - propor ato normativo que verse sobre as prestações de contas, demonstrações contábeis, proposta orçamentária e demais relatórios do CREF6/MG.

Parágrafo Único – Compete ao Presidente e ao Tesoureiro diligenciar o atendimento do que for requisitado pelo Presidente da Câmara de Controle e Finanças, para o exercício da competência referida neste artigo, inclusive o apoio administrativo e o assessoramento técnico.

Art. 92 – A Câmara de Controle e Finanças será constituída por Conselheiros Regionais eleitos.

Parágrafo Único - Não poderá participar da Câmara de Controle e Finanças os Membros da Diretoria do CREF6/MG.

SUBCAPÍTULO VIII DAS CÂMARAS TEMPORÁRIAS

Art. 93 – As Câmaras Temporárias do CREF6/MG poderão ser criadas e instituídas para atender demandas específicas, de caráter temporário do CREF6/MG sendo que:

- I - a indicação da necessidade de criação das Câmaras Temporárias será analisada pela Diretoria do CREF6/MG e, após, levada para deliberação e aprovação do Plenário do CREF6/MG, que definirá suas atribuições.
- II - as Câmaras Temporárias serão instituídas por meio de Resolução contemplando a razão de sua criação, competências, objetivo e prazo de funcionamento.
- III - as Câmaras Temporárias terão como sede as instalações do CREF6/MG e contarão com o apoio do setor administrativo competente do CREF6/MG para auxílio nas questões administrativas.

Parágrafo Único - O Presidente das Câmaras deverá ser, obrigatoriamente, Conselheiro Regional e o funcionamento destes órgãos temporários observará os ditames das normas do CREF6/MG.

Art. 94 – Os Órgãos Temporários são órgãos de assessoramento do Plenário, da Diretoria e da Presidência do CREF6/MG, os quais exercem a competência exclusiva para analisar, instruir e emitir pareceres nos assuntos e processos que lhes forem enviados pelo Presidente do CREF6/MG, retornando-os devidamente avaliados para decisão superior.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

SUBTÍTULO III DAS FINANÇAS E DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I DAS FINANÇAS

Art. 95 – Constitui atribuição privativa e exclusiva do CREF6/MG a execução e o controle de suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, observadas as seguintes normas:

I - o CREF6/MG deverá manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada;

II - é vedado ao CREF6/MG contrair despesas para as quais não haja disponibilidade de caixa.

Art. 96 – O CREF6/MG, quando da elaboração de sua proposta orçamentária, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - a proposta orçamentária conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira, a governança e o programa de trabalho do CREF6/MG;

II - a proposta orçamentária do CREF6/MG, referente ao exercício subsequente, deverá ser aprovada em reunião do Plenário até o dia 30 de outubro, devendo conter o detalhamento de receitas e de despesas;

III - caso o CREF6/MG não aprove a proposta orçamentária no prazo estabelecido no inciso II deste artigo, vigorará a última proposta orçamentária aprovada pelo Plenário;

IV - a receita deverá ser elaborada levando-se em consideração o número de Profissionais registrados, o valor do desconto concedido e o percentual de adimplência, acrescido da possível expansão no ano.

Art. 97 – O exercício financeiro do CREF6/MG coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - O orçamento será único e incluirá todas as receitas e despesas.

§ 2º - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados e comprovados por documentos mantidos em arquivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 98 – A prestação de contas do CREF6/MG deverá seguir as normas abaixo elencadas:

I - a prestação de contas referente ao exercício findo será apresentada até 30 de abril pela Diretoria do CREF6/MG, com parecer da respectiva Câmara de Controle e Finanças, ao Plenário, estruturado sob a forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, para apreciação e julgamento;

II - caso as contas do CREF6/MG não sejam apresentadas até 30 de abril, conforme previsto no inciso I deste artigo, caberá ao Plenário do CREF6/MG, estruturado em forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, determinar a tomada de contas para apreciação e julgamento.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 99 – O CREF6/MG deverá proceder ao seu controle interno, conciliando, mensalmente, os valores da receita, constantes do relatório Sistema Financeiro do cadastro de Profissionais registrados, com os valores do extrato bancário, juntamente com o numerário.

Art. 100 – As receitas do CREF6/MG serão aplicadas na realização de suas finalidades institucionais.

SUBCAPÍTULO I DAS RECEITAS DO CREF6/MG

Art. 101 – Constituem fontes de receita do CREF6/MG:

- I - 80% (oitenta por cento) sobre valores relativos ao pagamento das contribuições, das anuidades, das taxas, dos serviços e das multas devidos pelos Profissionais de Educação Física e pelas Pessoas Jurídicas;
- II - legados, doações e subvenções;
- III - renda obtida por meio de convênios, patrocínio, de promoção, de cessão de direitos e de marketing em eventos promovidos ou autorizados pelo CREF6/MG; e
- IV - outras fontes de receita.

SUBCAPÍTULO II DAS DESPESAS DO CREF6/MG

Art. 102 – As despesas do CREF6/MG compreenderão:

- I - aquisição de bens e contratação de serviços, visado o atendimento às atividades administrativas do CREF6/MG e suas Seccionais;
- II - pagamento de impostos, taxas e demais encargos, quando aplicável;
- III - pagamento de verbas de caráter indenizatório ou não, disciplinadas em Portaria ou Resolução, a Conselheiros, funcionários ou pessoas designadas pelo CREF6/MG quando para representação do Conselho;
- IV - transferências correntes em virtude da não observância ao disposto neste Regimento Interno ou hipótese similar;
- V - outras despesas, de caráter extraordinário, que serão objeto de deliberação do Plenário;
- VI - o pagamento de despesas eventuais autorizadas.

§ 1º - O Plenário do CREF6/MG deliberará sobre os valores a serem pagos pelas despesas previstas no inciso III, deste artigo.

§ 2º - As verbas de que trata o inciso III deste artigo, para serem concedidas, devem ser objeto de processo administrativo específico que contenha, pelo menos:

- I - a demonstração de que se vinculam às finalidades da entidade;
- II - a motivação da concessão e a comprovação da efetiva realização das atividades autorizadas.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO DO CREF6/MG

Art. 103 – O patrimônio do CREF6/MG compreende:

- I - seus bens móveis e imóveis, inclusive os recebidos mediante doação;





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

II - direitos advindos de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, que podem ser exigidos inclusive judicialmente;

III - obrigações, de curto e longo prazo, assumidas por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, que podem ser exigidos inclusive judicialmente;

IV - prêmios recebidos em caráter definitivo.

Parágrafo Único – Nenhum bem patrimonial poderá ser vendido ou penhorado para suprir déficit financeiro, sem a aprovação de 2/3 (dois terços) dos Membros do Plenário.

SUBTÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

CAPÍTULO I DAS ELEIÇÕES DOS MEMBROS DO CREF6/MG

Art. 104 – As eleições dos Conselheiros Titulares e Suplentes do CREF6/MG realizar-se-ão de quatro em quatro anos para mandato de quatro anos, mediante convocação especial para este fim, por meio de eleição direta, voto pessoal, secreto e obrigatório dos Profissionais de Educação Física registrados no CREF6/MG que estejam aptos a votar, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação Física – CONFEF.

Parágrafo único – É admitida uma reeleição aos Conselheiros.

Art. 105 – Será aplicada multa ao Profissional que deixar de votar sem causa justificada.

Parágrafo único - O valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo não será superior a 10% (dez por cento) do valor da anuidade paga pelo Profissional.

Art. 106 – As normas necessárias para regulamentar os procedimentos relativos às eleições do Sistema CONFEF/CREFs serão publicadas pelo CONFEF por meio de um Código Eleitoral.

Art. 107 – A data para início do mandato dos Conselheiros Eleitos é o dia 1º de janeiro do ano subsequente ao ano da eleição.

CAPÍTULO II DOS CONSELHEIROS

Art. 108 – O exercício do mandato de Membro Conselheiro do CREF6/MG ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos requisitos e condições básicas previstas neste Regimento Interno e no Código Eleitoral do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 109 – A função de Conselheiro Regional do CREF6/MG é considerada serviço de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízos, aos Conselheiros durante o período que estiverem participando das reuniões, capacitações e ações específicas do Sistema CONFEF/CREFs.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 110 – São deveres dos Conselheiros do CREF6/MG:

- I - cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação federal, das Resoluções, das Portarias, das decisões normativas, das decisões do Plenário do CREF6/MG e dos atos expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs;
- II - cumprir e zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional;
- III - participar das reuniões do Plenário, Diretoria, Câmaras e/ou outros órgãos do CREF6/MG, quando fizerem parte, manifestando-se e votando, quando autorizado mediante norma legal;
- IV - desempenhar encargos para os quais for designado e após aceito;
- V - comunicar, antecipadamente e por escrito, ao Presidente impedimento em comparecer à reunião do Plenário, reunião de Diretoria, dos Órgãos de Assessoramento ou evento para o qual tenha sido convocado;
- VI - comunicar por escrito ao Presidente do CREF6/MG eventual pedido de licenciamento ou renúncia;
- VII - apresentar eventual declaração onde se considerar impedido para apreciação de documento em que seja parte direta ou indiretamente envolvida;
- VIII - analisar e relatar documento que lhe tenha sido distribuído, apresentando relatório e voto fundamentado de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada;
- IX - pedir e obter vista de documento submetido à apreciação do Plenário do CREF6/MG, sempre que entender conveniente, de acordo com as normas previstas no Sistema CONFEF/CREFs;
- X - representar o CREF6/MG quando houver delegação do Plenário, Diretoria ou Presidência.

Art. 111 – Perderá o cargo de Conselheiro do CREF6/MG o Profissional que:

- I - tiver seu registro profissional cassado;
- II - for condenado à pena de reclusão em virtude de sentença transitada em julgado durante o mandato;
- III - não tomar posse no cargo para o qual foi eleito no Plenário ou no Órgão determinado para o exercício de suas funções, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data marcada para a posse, salvo motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Plenário;
- IV - ausentar-se por duas reuniões consecutivas anuais ou quatro reuniões intercaladas em cada mandato de qualquer órgão deliberativo do CONFEF ou do CREF6/MG, sem motivo justificado, conforme apurado pelo Plenário em processo regular;
- V - tiver realizado administração danosa no CONFEF ou em CREF, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa;
- VI - tiver contas rejeitadas pelo CONFEF ou pelo CREF6/MG;
- VII - tiver sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado;
- VIII - deixar de votar ou justificar a ausência na eleição do CONFEF ou do CREF6/MG.

Art. 112 – Será declarada a vacância do cargo de Conselheiro do CREF6/MG:

- I - em caso de renúncia;
- II - por falecimento;
- III - em virtude da perda do cargo.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Parágrafo Único - A perda do cargo dar-se-á por deliberação do Plenário do CREF6/MG, em ação sumária, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 113 – O CREF6/MG goza de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do parágrafo 2º do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 114– As Resoluções, Deliberações e Atos Normativos aprovados pelo Plenário do CREF6/MG têm efeito imediato e geral, começando a vigorar partir da data de sua publicação oficial, salvo se prevista outra data no próprio ato normativo.

Parágrafo único - Os atos e deliberações do Plenário, quando estabelecerem disposições gerais ou especiais a par deste Regimento passam a ser considerados como complementares, com a mesma eficácia de seus dispositivos.

Art. 115 – As deliberações do Plenário e da Diretoria constam das atas das respectivas reuniões e são formalizadas mediante:

I – Resoluções;

II – Portarias;

III – Atos Normativos.

Art. 116 – As Resoluções, Portarias e Atos Normativos têm numeração, por espécie cronológica e infinita.

Art. 117 – Os atos administrativos emanados da Diretoria do CREF6/MG serão levados ao conhecimento dos respectivos Membros Titulares, por meio de documento oficial.

Art. 118 - Os atos administrativos e financeiros do CREF6/MG, subordinar-se-ão às disposições da Lei nº 9.696/1998 e deste Regimento Interno.

Art. 119 - Salvo disposição em contrário, os prazos de que trata este Regimento serão contados excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

Parágrafo único - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no CREF6/MG.

Art. 120 – O cumprimento das disposições deste Regimento Interno, bem como das demais normas emanadas pelo CREF6/MG é obrigatório para todos os seus Membros Titulares, aos Profissionais de Educação Física e às Pessoas Jurídicas nele registrados.

Art. 121 – - Ao Ex-Presidente do CREF6/MG que cumpriu integralmente seu mandato até 07 de novembro de 2010, é assegurada a função de Conselheiro Honorífico vitalício, com direito a voz.

Art. 122 - Este Regimento Interno poderá ser alterado, desde que haja solicitação de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Plenário do CREF6/MG e aprovado por 2/3 (dois terços) do Plenário do CREF6/MG.





Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais

Art. 123 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CREF6/MG mediante aprovação por maioria simples do Plenário.

Art. 124 – Este Regimento Interno foi aprovado em reunião do Plenário do CREF6/MG, realizada em 24 de fevereiro de 2023, entrando em vigor após homologação do CONFEF e a partir da data de sua publicação, quando restará revogado o Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região – CREF6/MG publicado na íntegra no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais "Minas" – dia 22 de dezembro de 2010 – Cad. 3 – Publicação de Terceiros – fls. 2 a 4 e respectiva alteração publicada no Diário Oficial da União – dia 24 de Maio de 2021 – Seção 3 – fl. 144.

Marco Túlio Maciel Pinheiro

Marco Túlio Maciel Pinheiro
Presidente CREF6/MG
CREF 000760-G/MG

Aprovado pelo CONFEF
através da 486ª Ata, de
14 / 04 / 2023
Judicial
Andréa K. Rodrigues Gomes
Coordenadora Jurídica – CONFEF
OAB/RJ 140673